



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

1
2
3
4

ATA DA 84ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CERHI-RJ

Aprovada na 85ª R.O. CERHI-RJ, em 27/02/2019

5 Aos onze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezoito, no auditório do INEA/SEA, na Av. Venezuela
6 nº 110, 6º andar, Saúde, RJ, com início previsto as 13:30h, realizou-se a 84ª Reunião Ordinária do Conselho
7 Estadual de Recursos Hídricos – CERHI-RJ e contou com a presença dos(as) senhores(as): **Titular** - Lívia
8 Romano (SEA), Márcia Chaves de Souza (Substituta – INEA), Marina Bez (FIPERJ), Daniela Vidal Vasconcelos
9 (Prefeitura Municipal de Volta Redonda), Mayná C. Morais (CEDAE), Abílio de Souza Faia (FIRJAN), Cesar Bassi
10 Costa (Eletrobras Eletronuclear), José Gomes Barbosa Júnior (LIGHT ENERGIA), Maria Aparecida Pimentel
11 Vargas (ABRAGEL), Vinicius Crespo (Fecomércio), Zenilson Coutinho (ASFLUCAN), Mário Porto dos Santos
12 (APEDEMA), Flávia Lanari Coelho (APALMA), José Miguel da Silva (Ecocidade Cidade), Carlos Eduardo Martins
13 de Souza (ACAMPAR), José Paulo Soares de Azevedo (COPPE/UFRJ), Friedrich Wilhelm Herms (UERJ),
14 Humberto Albuquerque (ABAS), José Alfredo C. Sertã (ABES), Vera Lúcia Teixeira (CBH MPS), Rodolfo Coimbra
15 (Substituto - CBH MACAÉ), David Miller (Substituto - CBH PIABANHA), Paulo de Tarso de Lima Pimenta
16 (Substituto – CBH GUANDU) e Marcos Sant’Anna Lacerda (CBH BG); **Suplente** - Elaine Cristina C. Fidalgo
17 (Embrapa Solos), Giselle de Sá Muniz (SEA), Wallace Serafim Pavão (SEA), Edson Falcão (INEA), João Alberto
18 Antunes Ribeiro (Prefeitura Municipal de Cachoeiras de Macacu), Amanda Mendes Bulhões (Substituta -
19 Prolagos S. A.), Giuliano Oliveira Pedrosa (Substituto - Águas do Paraíba), Markus S. W. Budzynkz (ADEFIMPA-
20 RJ), Maria Eduarda Ribeiro Silva (Associação Raízes), João Gomes de Siqueira (UENF) e Lícius de Sá Freire
21 (CBH R2R); **Ausência Justificada** - Eliane Barbosa (SEA), Maria Marta de Magalhães Gameiro (Substituto -
22 DRM-RJ), Eloisa Elena Torres (Instituto Baía de Guanabara), Daniele G. Nunes (IFRJ), Arnaldo Villa Nova (CBH
23 LSJ) e Sildecir Alves Ribeiro (Prefeitura Municipal de Itaocara), Miguel Fontes de Souza (Instituto Ambiental
24 Conservacionista 5º Elemento) e Eduardo S. R. Dantas (CEIVAP); **Ausências** - Adriana de Fátima R. Lustosa da
25 Costa (Ministério do Meio Ambiente), Anna Gayoso (PGE), Laize Rafaelle A. Santos (Prefeitura Municipal de
26 Sapucaia), Joiciara Maia (Prefeitura Municipal de São João da Barra), Ezequiel Moraes dos Santos/Eduardo
27 Amaral e Oliveira (Prefeitura Municipal de Silva Jardim), Nelson Carvalho (Grupo Águas do Brasil S/A), Rolf
28 Dieringer (Sindicato dos Produtores Rurais de Cachoeiras de Macacu), Alessandra Seródio (FAERJ), Maicon A.
29 R. Carvalho (SindiPesca RJ), Carlos V. N. Tavares (APROMEPS), Alexandre Anderson de Souza (AHOMAR), Yara
30 Valverde (CI), François Lopes Alves (IBDA), Hilário de Magalhães Santos (CBH BPSI) e Gustavo Martins
31 Machado (CBH BIG); **Convidados** - Amabile Ferreira (CILSJ), Ana de Castro e Costa (AGEVAP), Tatiana O. Lopes
32 (AGEVAP), Marcio F. Peixoto (AGEVAP), Sandra Cristina (SUPMEP), Adelfran Lacerda de Matos (AGEVAP),
33 André Marques (AGEVAP), Ana Lucia Santoro (Transição SEA), Renata Bley (Transição SEA), Tatiane Araujo
34 (SUBSEGH/SEA), Marcelo Abraira Crespi (SUBSEGH/SEA), Aline Lázaro Ceara (Associação Raízes), Romero
35 Alvarenga (Eco Cidade), Nelson Reis Filho (OMA-BRASIL), Ivan Sá Earp (FIRJAN), Daniel Ferreira (TRAMA
36 ECOLOGIA), Aderson Martins (CT-AS do CERHI) e Antônio O. Azevedo (SUBSEGH/SEA). **Assessoria**
37 **administrativa da Secretaria Executiva CERHI-RJ:** Adriana Pizão, Alexandre Spindola, Bárbara Santos
38 (estagiária) e Isabela Assumpção (estagiária). Após verificação de quórum, a reunião teve início às 13h55min.
39 A Sra. Maria Aparecida Vargas justificou a ausência da Sra. Eliane Barbosa e convidou a futura Secretária do
40 Ambiente, a Sra. Ana Lúcia Santoro, para compor a mesa e falou que o Conselho Estadual de Recursos
41 Hídricos está à disposição da Secretária para o que a mesma precisar. Em seguida, passou a palavra para a
42 futura Secretária do Ambiente e Sustentabilidade, que se apresentou e comentou que fez questão de estar
43 presente nesta reunião para conhecer os membros do CERHI-RJ, apresentou sua assessora na área de
44 recursos hídricos, a Srta. Renata Oliveira, e informou que nesta administração já estão abraçando muitos
45 assuntos ao mesmo tempo, mas que veio para continuar com os trabalhos que vêm sendo realizados e
46 contribuir com os avanços. A Sra. Maria Aparecida Vargas perguntou se algum membro da plenária gostaria
47 de aproveitar a presença da futura Secretária e se manifestar. A Srta. Vera Lucia Teixeira se apresentou como
48 representante do CBH MPS no FFCBH e do CEIVAP no FNCBH. Informou da importância deste Fórum
49 Fluminense tanto a nível estadual como nacional, e que os Comitês se colocam como parceiros na gestão. Em



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

50 seguida, convidou a Sra. Ana Lúcia Santoro para a próxima reunião do FFCBH que está marcada para o dia
51 21/01/2019. O Sr. Markus Budzynkz deu as boas vindas à futura Secretária. Apresentou-se como engenheiro
52 florestal aposentado e como membro representante deste Conselho pela instituição da APEDEMA-RJ. O Vice-
53 Presidente do Conselho também desejou as boas vindas à Sra. Ana Lúcia Santoro e falou que o Conselho
54 todo está à disposição da Secretária do Ambiente e que ele e a Presidente do Conselho, ao assumirem a
55 diretoria do CERHI-RJ, conseguiram consertar algumas questões, mas que ainda tem muitas outras para
56 serem corrigidas e internalizadas. Ainda em sua fala, disse que tudo o que foi feito foi de grande avanço para
57 este Conselho e para o Estado do Rio de Janeiro. A Sra. Maria Aparecida Vargas falou que alguns
58 representantes do Conselho fazem parte das Câmaras Técnicas do CNRH. Em seguida, a reunião transcorreu
59 com a seguinte pauta: **1.** Aprovação da pauta; **2.** Apresentação da manifestação do pedido de vista feito pela
60 Fecomércio ref. à apreciação da minuta de Resolução CERHI-RJ que complementa a Resolução CERHI-RJ nº
61 197, de 15/08/2018; **3.** Aprovação da minuta da ata da 83ª R.O. CERHI-RJ, de 11/12/2018; **4.** Apreciação da
62 minuta de Resolução CERHI-RJ que cria o Grupo de Trabalho do Fundo Estadual de Recursos Hídricos – GT
63 FUNDRHI; **5.** Apreciação da minuta de Resolução CERHI-RJ que aprova o Plano de Aplicação Plurianual, para
64 os anos de 2019 a 2022, dos recursos financeiros constantes no Fundrhi da subconta do Comitê de Bacia
65 Hidrográfica do Lagos São João (Ref. Res. CBH LSJ nº 71, de 10/10/2018); **6.** Minuta de Resolução CERHI-RJ
66 que dispõe sobre a atualização no valor do Preço Público Unitário – PPU da metodologia da cobrança pelo
67 uso dos recursos hídricos Região Hidrográfica da Baía da Ilha Grande (Ref. Res. CBH BIG nº 20, de
68 31/10/2018); **7.** Minuta de Resolução CERHI-RJ que aprova o Plano de Aplicação Plurianual dos recursos
69 financeiros do Fundrhi na subconta do Comitê da Bacia Hidrográfica do Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana
70 (Ref. Res. CBH BPSI nº 30, de 06/11/2018); **8.** Minuta de Resolução CERHI-RJ que aprova o aprova o Plano de
71 Aplicação Plurianual, para os anos de 2019 a 2022, dos recursos financeiros constantes no Fundrhi da
72 subconta do Comitê da Região Hidrográfica da Baía de Guanabara e dos Sistemas Lagunares de Maricá e
73 Jacarepaguá – CBH BG (Ref. Res. CBH BG nº 64, de 12/11/2018, e nº 65, de 30/11/2018); **9.** Relato de ações
74 alcançadas no ano de 2018: a) CERHI-RJ, b) CNRH e c) PROGESTÃO; **10.** Encaminhamentos da Diretoria; **11.**
75 Informes: GTs, CTs, CNRH, FFCBH e FNCBH; **12.** Assuntos Gerais. **1º item: Aprovação da pauta.** Após a
76 inversão de itens, a pauta ficou da seguinte forma: **1.** Aprovação da pauta; **2.** Aprovação da minuta da ata da
77 83ª R.O. CERHI-RJ, de 24/10/2018; **3.** Apresentação da manifestação do pedido de vista feito pela
78 Fecomércio ref. à apreciação da minuta de Resolução CERHI-RJ que complementa a Resolução CERHI-RJ nº
79 197, de 15/08/2018; **4.** Apreciação da minuta de Resolução CERHI-RJ que cria o Grupo de Trabalho do Fundo
80 Estadual de Recursos Hídricos – GT FUNDRHI; **5.** Apreciação da minuta de Resolução CERHI-RJ que aprova o
81 plano de aplicação plurianual, para os anos de 2019 a 2022, dos recursos financeiros constantes no Fundrhi
82 da subconta do Comitê de Bacia Hidrográfica do Lagos São João (Ref. Res. CBH LSJ nº 71, de 10/10/2018); **6.**
83 Minuta de Resolução CERHI-RJ que dispõe sobre a atualização no valor do Preço Público Unitário – PPU da
84 metodologia da cobrança pelo uso dos recursos hídricos Região Hidrográfica da Baía da Ilha Grande (Ref. Res.
85 CBH BIG nº 20, de 31/10/2018); **7.** Minuta de Resolução CERHI-RJ que aprova o Plano de Aplicação Plurianual
86 dos recursos financeiros do Fundrhi na subconta do Comitê da Bacia Hidrográfica do Baixo Paraíba do Sul e
87 Itabapoana (Ref. Res. CBH BPSI nº 30, de 06/11/2018); **8.** Minuta de Resolução CERHI-RJ que aprova o Plano
88 de Aplicação Plurianual, para os anos de 2019 a 2022, dos recursos financeiros constantes no Fundrhi da
89 subconta do Comitê da Região Hidrográfica da Baía de Guanabara e dos Sistemas Lagunares de Maricá e
90 Jacarepaguá – CBH BG (Ref. Res. CBH BG nº 64, de 12/11/2018, e nº 65, de 30/11/2018); **9.** Relato de ações
91 alcançadas no ano de 2018: a) CERHI-RJ, b) CNRH e c) PROGESTÃO; **10.** Encaminhamentos da Diretoria; **11.**
92 Informes: GTs, CTs, CNRH, FFCBH e FNCBH; **12.** Assuntos Gerais. **2º item: Aprovação da minuta da ata: 83ª**
93 **R.O. CERHI-RJ, de 24/10/2018.** A Sra. Maria Aparecida Vargas iniciou este item informando que a Srta.
94 Mayná Coutinho fez uma contribuição para a minuta da ata. O Sr. João Siqueira pediu para fazer uma
95 correção na linha 136 deste documento, alegando que a sua fala estava incompleta. O Sr. José Paulo
96 questionou se a contribuição da Srta. Mayná Coutinho tinha sido realmente falada em reunião ou se o trecho
97 foi um complemento feito na hora. A Srta. Livia Soalheiro informou que essa realmente foi a fala da Srta.
98 Mayná Coutinho, e que isso não é uma transcrição, e sim uma Ata, um resumo da reunião, e que cabe sim



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

99 aos membros do Conselho fazerem suas contribuições. A Presidente do CERHI-RJ ratificou que o comentário
100 adicionado foi realmente o que a representante da CEDAE havia falado na reunião anterior. Em seguida, o Sr.
101 José Paulo solicitou o áudio da 83ª R.O. CERHI-RJ para confirmar. A minuta da ata da 83ª R.O. CERHI-RJ, de
102 24/10/2018, foi aprovada, condicionada à revisão do áudio da reunião para confirmar se realmente foram
103 ditas as mencionadas palavras. O áudio foi enviado no dia seguinte desta reunião, conforme combinado, e
104 até o dia 18/01/2019 nenhuma manifestação do conselheiro José Paulo Azevedo foi recebida por esta
105 Secretaria Executiva. Com isso, este documento foi considerado aprovado. **3º item: Apresentação da**
106 **manifestação do pedido de vista feito pela Fecomércio ref. à apreciação da minuta de Resolução CERHI-RJ**
107 **que complementa a Resolução CERHI-RJ nº 197, de 15/08/2018.** A Sra. Maria Aparecida Vargas iniciou este
108 item e passou para o Sr. Vinicius Crespo apresentar a manifestação. O representante da Fecomércio
109 informou que foi encaminhado à secretaria executiva do Conselho o parecer sobre o pedido de vista que esta
110 Federação fez na última reunião do CERHI-RJ em relação à minuta de Resolução complementar à Resolução
111 CERHI-RJ nº 197, onde a Fecomércio não acha necessário ter 2 (duas) resoluções para tratar do mesmo tema.
112 Então, a instituição consolidou algo próximo à nova Resolução e com alterações na Resolução CERHI-RJ nº
113 197, e fez assim uma única Resolução. Explicou que, através do pedido de vista, iria propor uma nova
114 Resolução. Em seguida, apresentou o pedido de vista e um quadro comparativo com pontos antigos e novos,
115 outros que já foram deliberados na CTIL, bem como os argumentos. Falou que a minuta de Resolução
116 apresentada aos Conselheiros tinha pequenas alterações, como inclusões de parágrafos. Este documento foi
117 apresentado no final da reunião da CTIL por conta da pauta muito extensa e que, ainda que tivesse quórum,
118 não ficou à vontade em colocar este assunto em discussão na Câmara Técnica, mesmo que o quórum
119 presente fosse favorável ao assunto apresentado. Ainda em sua fala, explicou que fez o pedido de inclusão
120 de pauta independente da questão da Plenária, numa tentativa de economia processual, antecipando a CTIL
121 apenas por ser membro da mesma. Informou que a minuta de Resolução não foi votada na mencionada
122 Câmara Técnica porque achou que seria deselegante colocar em votação por conta de só estarem presentes
123 na reunião membros do setor de usuários. Em seguida, leu a ementa da minuta de Resolução, que era a
124 mesma da Resolução CERHI-RJ nº 197, e as diferenças que foram acrescentadas. A Srta. Vera Lucia Teixeira falou
125 que gostaria que o que ocorreu nesta reunião não ocorresse mais, pois os membros do Conselho participam
126 de uma reunião preparados com o documento que é enviado pela Secretaria Executiva do CERHI-RJ, e desta
127 vez foi apresentado outro documento durante a reunião e que não cabia essa discussão na CTIL. A
128 Coordenadora da CTIL explicou que o assunto não foi discutido em Câmara Técnica, e sim apresentado da
129 mesma forma como estava sendo apresentado na Plenária, e que na reunião havia poucas pessoas, até
130 porque a reunião já tinha passado das 18:00h, e a Câmara Técnica entendeu que não deveria entrar no
131 mérito da discussão, pois o debate deveria ser em Plenária. A Srta. Vera Lucia Teixeira manifestou-se a favor
132 de os comitês permanecessem da forma que estão na Resolução CERHI-RJ nº 197, porque o Conselho deveria
133 considerar as cartas dos comitês que foram enviadas para a secretaria executiva do CERHI-RJ sobre a
134 atualização do PPU. Então, gostaria que os considerandos na nova Resolução proposta continuassem os
135 mesmos. Expôs que era contra o prazo ser até março, pois o representante da Fecomércio deveria considerar
136 que janeiro é um mês em que dificilmente os comitês fazem reunião por se tratar de um período de férias, e
137 sugeriu que esse prazo fosse estendido para o mês de julho. Em relação ao artigo 4º, falou que a Resolução
138 foi discutida no CERHI-RJ, e ficou entendido que os comitês que não aprovaram o aumento dos seus PPUs já
139 alteraram o seu IPCA para o ano de 2019, e isso já foi muito bem discutido. A Srta. Vera Lucia Teixeira
140 também pediu a correção da redação nos artigos 5º e 6º da mesma Resolução. O Sr. Vinicius Crespo
141 esclareceu alguns pontos abordados pela Srta. Vera Lucia Teixeira, em especial que o mês de março é para
142 escolher o IPCA para fins de correção e não para manifestação dos Comitês. O Sr. José Paulo Azevedo
143 comentou que participou desta última reunião da CTIL, que a pauta foi esgotada, que o Sr. Vinicius Crespo
144 realizou a apresentação e que teve um longo debate frutífero, mas que concordava com a Srta. Vera Lucia
145 Teixeira, pois foi enviado um documento para os membros do Conselho anexado à pauta, e na apresentação
146 do item foi apresentada outra versão. Disse, ainda, que o Sr. Vinicius Crespo fez um pedido de vista com uma
147 defesa brilhante, mas que não entendia como em um pedido de vista o representante da Fecomércio poderia



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

148 desfazer a Resolução CERHI-RJ complementar à Resolução CERHI-RJ nº197, propondo outra, e que fosse
149 aprovada em plenária. Em seguida, sugeriu que este assunto voltasse para as Câmaras Técnicas para que se
150 discuta e reveja os pontos interessantes, e então, após nova análise, volte para ser discutido na Plenária do
151 CERHI-RJ. Complementou falando que, apesar do brilhantismo do palestrante, parece ser completamente
152 sem sentido levar um pedido de vista e fazer essa revolução, desfazendo uma resolução e criando outra.
153 Falou que cabe aos comitês definirem o valor de atualização do PPU, e que tem vários pontos na proposta
154 que não dão para serem discutidos em plenária, mas que de fato o valor da cobrança que tem na Lei
155 Complementar nº 3.239/1999, que estabeleceu um valor que os comitês passam a receber, só estará
156 pacificado a partir dos planos de bacia definidos. O Sr. José Paulo Azevedo comentou que existem alguns
157 pontos da antiga Resolução que gostaria de adicionar a que foi proposta, como por exemplo o assunto da
158 compensação financeira. O Sr. Friedrich Herms falou que o primeiro ponto que gostaria de abordar, e que o
159 Sr. Vinicius Crespo já tinha corrigido, era que o mês de março não é um período dos comitês se
160 manifestarem, e sim um período de levantamento do índice. Explicou, também, que a SEA/INEA vai levantar
161 o índice, repassar para a secretaria executiva do Conselho, que irá comunicá-los oficialmente, mandando
162 ofício para todos os Comitês, informando qual é o índice e que, a partir deste momento, o Comitê terá um
163 prazo de 60 (sessenta) dias para se manifestar. O vice-presidente do Conselho comentou que essa questão
164 do prazo está razoável e que a definição e aplicação de valor são duas questões diferentes. O último ponto
165 que mencionou foi que entende que não cabe ao CERHI-RJ estabelecer punição para o Comitê que não quer
166 definir um valor de atualização de PPU que foi sugerido em plenária. A Presidente do CERHI-RJ falou que,
167 quando fossem apresentar alguma proposta que estivesse suprimindo algo para não retirá-la do texto, que
168 era para apenas tacharem para que assim todos conseguissem visualizar, tornando mais fácil a leitura e o
169 entendimento das sugestões apresentadas, mas ressaltou que isso não era uma crítica direta ao
170 representante da Fecomércio, e sim apenas uma contribuição para as próximas reuniões. O Sr. Vinicius
171 Crespo informou que fez um quadro da forma mencionada pela Presidente do Conselho, mas que estava
172 apresentando erro. A Presidente do CERHI-RJ falou que todos precisam aprender a dissociar PPU de índice de
173 reajuste, que na presente reunião não se estavam discutindo PPU e que esse assunto é longo. Após
174 manifestação do Sr. Miguel da Silva, a Sra. Aparecida Vargas falou que o pedido de vista vem direto para
175 plenária, e não pela Câmara Técnica. Caso a Plenária analise a justificativa apresentada com o pedido de vista
176 e a contraproposta, e a plenária não se sinta confortável em votar a sugestão apresentada ou que estava em
177 votação na reunião anterior, o item volta para a Câmara Técnica, como foi o pedido de encaminhamento que
178 o Sr. José Paulo Azevedo fez na presente reunião ordinária. A plenária tem autonomia de pedir para retornar
179 para as Câmaras Técnicas, pois a plenária pode desejar ouvir as Câmaras Técnicas para poder se manifestar.
180 Por isso, o pedido sempre vai direto para a Plenária. O Sr. Friedrich Herms explicou que é comum uma
181 mesma Resolução sofrer modificação em Plenária, pois o plenário é soberano. Esclareceu que se o assunto
182 não estiver maduro o suficiente para ser discutido e aprovado numa Plenária do CERHI-RJ, pode voltar para
183 ser discutido nas Câmaras Técnicas para um debate mais profundo. O Sr. Rodolfo Coimbra falou que, quando
184 se fala em atualização de PPU, tem que estar a par da diferença, e que entende que a indexação não tem
185 procedimento. Explicou que o CBH Macaé aprovou uma carta para apresentar ao CERHI-RJ para que fosse
186 aprovado anualmente, mas que a partir do ano de 2019 fosse automático e independente de qualquer
187 acontecimento, e que, se for dessa forma apresentada pelo representante da Fecomércio, o CBH Macaé não
188 quer, e o Comitê voltará atrás e fará outro documento do jeito que achar mais conveniente e será aprovado.
189 Comentou que o que foi apresentado está também retirando a autonomia do Comitê. O Sr. Vinicius Crespo
190 explicou novamente os pontos abordados pelos membros da Plenária e falou que o objetivo era fortalecer o
191 Comitê. A Srta. Livia Soalheiro parabenizou o Sr. Vinicius Crespo pelo Parecer e falou que acha que, sempre
192 que tiver um pedido de vista, pode fazer desta forma, pois fica mais fácil para o Plenário tomar qualquer
193 decisão. Em seguida, o que chamou muito sua atenção em termos procedimentais foi que o arquivo que
194 venha para ciência da plenária nesta reunião não seja o arquivo enviado previamente dentro do prazo
195 regimental para apresentação do pedido de vista. Falou que nada impediria o Sr. Vinicius Crespo chegar na
196 Plenária e fazer outras sugestões. Mas, que achava que o que tinha que ser apresentado em Plenária era



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

197 exatamente o documento que foi enviado para os membros antes da presente data, pois a conversa foi
198 iniciada numa base onde a Plenária não tinha conhecimento, então esse destaque precisava ter sido feito e
199 que por isso, a todo o momento, perguntou para o Sr. Vinícius Crespo se esse era o documento que tinha
200 sido enviado aos membros e que a mesma sabia que não era, mas que isso precisava ficar na consciência de
201 cada um dos Conselheiros que estavam presentes para votar. O segundo ponto era sobre o pedido de vista
202 que foi feito sobre uma minuta de Resolução que não é a Resolução CERHI-RJ nº 197, e que em todas as falas
203 da apresentação da manifestação, a Resolução CERHI-RJ nº 197 foi reforçada. Explicou que o que a
204 preocupava era que quando o Conselho estava discutindo um assunto, trazia como argumento outro que já
205 estava consolidado, parecendo assim estavam andando em círculos. Este assunto foi debatido durante um
206 bom tempo pelo CERHI-RJ; a Resolução CERHI-RJ nº 197, em especial. Foram feitas reuniões com a
207 participação de todos os usuários, e foi, sim, um pedido dos Comitês, mas que independente de ser ou não
208 uma solicitação dos CBHs, é competência deste Conselho fazê-lo porque deve dar diretrizes gerais sobre a
209 cobrança do uso da água, e o CERHI-RJ entende que o índice de conservação de valores é uma diretriz geral.
210 Informou que ainda não iria entrar no mérito do que estava sendo discutido em reunião, que não cabia
211 entrar no momento porque não tiveram previamente em mãos a proposta que estava sendo feita para
212 debater com os representantes da instituição, e que não poderia chegar neste Conselho e apresentar a sua
213 opinião sem antes debater com a instituição que representa. O que foi debatido anteriormente não é o que
214 estava sendo discutido nesta Plenária, pois tinham operações substanciais. Endossou que não acha que os
215 comitês irão perder autonomia com a aplicação da Resolução CERHI-RJ nº 197 e que isso foi muito debatido
216 no processo de elaboração e aprovação da mencionada Resolução. Falou que o que a preocupava era o
217 Conselho requestionar decisões tão recentes que foram tomadas num âmbito de discussões longas e com a
218 oportunidade de maturação que tem. Por fim, comentou que entende que o Plenário não tinha condição de
219 analisar cada uma das propostas que estavam sendo colocadas, já que não foram encaminhadas com
220 antecedência. Este foi um assunto posto para o Plenário como uma minuta de Resolução complementar à
221 Resolução CERHI-RJ nº 197, que estava sendo trazido como uma revisão da Resolução CERHI-RJ nº 197 e isso
222 era uma alteração bastante substancial que precisava ser analisada por cada órgão deste Plenário com calma
223 e maturidade para a tomada de decisão. O Sr. Vinícius Crespo explicou que, em relação à Resolução CERHI-RJ
224 nº 197 ser mencionada a todo o momento, era porque o objeto do pedido de vista é uma minuta de
225 Resolução complementar à Resolução CERHI-RJ nº 197 e, conforme seu posicionamento, a Fecomércio estava
226 tentando a unificação, mantendo a Resolução CERHI-RJ nº 197 e unificar em uma única minuta de Resolução
227 essa proposta complementar à Resolução CERHI-RJ nº 197. Por essa razão, não tinha como o palestrante
228 afastar a referida Resolução do posicionamento da Fecomércio e do Parecer, resultando assim nesta
229 situação: tendo duas Resoluções, e a Fecomércio sugere que haja apenas uma Resolução. Falou, também,
230 que quanto aos novos pontos apresentados nesta reunião após o envio da outra versão do documento,
231 realmente surgiram depois do encaminhamento, tanto que estavam destacados em vermelho e foram
232 apresentados na CTIL, mas o que estava apresentando como proposta era o que foi observado e com
233 legitimidade regimental foi encaminhado para os membros. O assunto teve uma evolução na CTIL,
234 apresentaram situações novas que estavam sendo colocadas na Plenária, mas com o intuito de princípio de
235 economia processual no fato da Plenária ser soberana para deliberar, porém sem nenhum outro prejuízo.
236 Com relação a decisões recentes, explicou que isso também foi mencionado no Parecer e que os próprios
237 membros da CTIL pediram a inclusão deste assunto em Plenária para aperfeiçoamento. A Srta. Livia Soalheiro
238 informou que não há inexecibilidade da norma, tanto que está sendo aplicada no ano de 2019 e que tem que
239 ter cuidado com isso, entendendo que a minuta de Resolução que estava imposta na última reunião, trazida
240 e analisada por esse Plenário, foi um pedido dos usuários na CTIG, posteriormente encaminhado para a CTIL
241 e em seguida encaminhada para o Plenário. A Presidente do CERHI-RJ deu duas opções: continuava-se a
242 discussão e provavelmente aprovava-se a Resolução nesta reunião ou encaminhava-se para a Câmara
243 Técnica. Informou que um dos encaminhamentos seria entrar em discussão nesta reunião e, discutindo,
244 poderia pedir pela não aprovação e, caso continuassem a discussão, abriria uma segunda rodada de debate,
245 onde todos os membros poderiam novamente contribuir e votar por aprovar ou não. Em seguida, colocou as



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

246 propostas de encaminhamento em votação. Somente o Sr. Vinicius Crespo votou a favor de continuar a
247 discussão nesta reunião. Logo depois, questionou quem estava de acordo em encaminhar a proposta para a
248 Câmara Técnica para uma melhor discussão e conhecimento do pedido de vista para discussão na próxima
249 reunião, pedindo que se manifestasse. Posteriormente, 22 (vinte e dois) membros concordaram e 3 (três) se
250 abstiveram. Ficou decidido que o pedido de vista retornará para as Câmaras Técnicas do CERHI-RJ. **4º item:**
251 **Apreciação da minuta de Resolução CERHI-RJ que cria o Grupo de Trabalho do Fundo Estadual de Recursos**
252 **Hídricos – GT FUNDRHI.** A Sra. Maria Aparecida iniciou este item e passou para a Srta. Livia Soalheiro
253 apresentar. A representante da SEA informou que na última reunião do Plenário foi formado o Grupo de
254 Trabalho do FUNDRHI, que irá atuar junto ao TAC, termo este celebrado entre Ministério Público, Secretaria
255 de Fazenda e PGE para a restituição dos recursos do FUNDRHI que atualmente se encontram na CUTE para
256 repassar aos Comitês de Bacia. Então, diante disso em uma conversa interna entre diretoria do Conselho e a
257 secretaria executiva, foi percebida a necessidade de criar este grupo através de Resolução CERHI-RJ, até
258 mesmo para responder ao Ministério Público ou ao Tribunal de Justiça. Em seguida, a Srta. Livia Soalheiro leu
259 a minuta de Resolução com a distribuição do grupo por seus respectivos setores e explicou, ainda, que essa
260 era a proposta de minuta de Resolução e que, discutindo com a diretoria, também perceberam que será
261 necessária a edição de uma futura Resolução referendando a criação de todos os outros grupos de trabalho
262 existentes e que, para a pauta da próxima Plenária, deve ser apresentada a Resolução que, se possível, traga
263 o referendo dos outros grupos existentes. O Sr. Friedrich Herms sugeriu a modificação do artigo 3º colocando
264 a data de criação do grupo e a retirada do artigo 6º da minuta de Resolução CERHI-RJ que cria o GT FUNDRHI.
265 Após sanar algumas dúvidas dos membros, a Srta. Livia Soalheiro falou que ao invés de colocar na proposta
266 da minuta de Resolução na redação do artigo 1º, que cria o grupo de trabalho, seria melhor inserir que
267 referenda o Grupo de Trabalho do Fundo Estadual de Recursos Hídricos, criado na 83ª Reunião Ordinária
268 CERHI-RJ, de 24/10/2018. Explicou que as ações do grupo estão contempladas na Resolução e ainda, após
269 questionamento do Sr. José Paulo Azevedo, que já existe uma Resolução CERHI-RJ que fala sobre a criação de
270 grupos de trabalho do CERHI-RJ e que a mesma já estava nos considerandos desta minuta de Resolução, mas
271 que para este grupo, em especial o CERHI-RJ, teve que abrir mão de algumas regras para se adaptar ao
272 processo judicial. Em seguida, a Sra. Maria Aparecida Vargas colocou este item em votação com as
273 modificações sugeridas, e o mesmo foi aprovado por unanimidade. **5º item: Apreciação da minuta de**
274 **Resolução CERHI-RJ que aprova o Plano de Aplicação Plurianual para os anos de 2019 a 2022, dos recursos**
275 **financeiros constantes no Fundrhi da subconta do Comitê de Bacia Hidrográfica do Lagos São João (Ref.**
276 **Res. CBH LSJ nº 71, de 10/10/2018).** A Presidente do CERHI-RJ informou que os itens 5 (cinco), 7 (sete) e 8
277 (oito) são minutas de resoluções que aprovam o Plano Plurianual dos Comitês e perguntou aos membros se
278 poderiam colocar esses itens para votação em bloco e, caso alguém tivesse destaque em algum desse item,
279 que se manifestasse; caso não tivesse, que fosse aprovado em conjunto. Em seguida, colocou em discussão
280 os itens mencionados referentes à aprovação do Plano de Aplicação Plurianual. O Sr. Zenilson Coutinho
281 comentou com relação a Resolução do CBH BG que ficou pendente uma informação. A Srta. Livia Soalheiro
282 explicou que, quando a Resolução do CBH BG foi discutida na CTIL, foi percebido um erro material nos
283 cálculos, só que não dava para ser readequado pela própria Câmara Técnica. Foi preciso então que o CBH BG
284 fizesse essa correção. O CBH BG realizou uma reunião extraordinária, realizou a devida correção e
285 encaminhou a Resolução para a Secretaria Executiva do CERHI-RJ. Com isso, foi incluído em pauta, sendo
286 encaminhada pelo CBH BG para o CERHI-RJ a versão corrigida/atualizada. O Sr. Friedrich Herms comentou
287 que a questão foi comunicada à Diretoria, mas que não teve conhecimento de como ficou a versão final, e
288 que gostaria de uma breve explicação em relação ao Plano Plurianual do CBH BPSI, a distribuição de valores
289 pelas ações entre origem de recursos advindos da cobrança do CBH BPSI, e, até onde foi informado para a
290 diretoria do CERHI-RJ, era de que estava desequilibrado e que não sabiam se isso tinha sido corrigido ou não.
291 A Srta. Livia Soalheiro informou que tanto na CTIL quanto na CTIG isso foi questionado aos Comitês e, a todo
292 o momento em que isso foi perguntado, foi informado que estava sendo contemplado na região do CBH BPSI
293 e, no projeto principal que o Comitê definiu como projeto deste CBH, o de sala de monitoramento, que a
294 região do CBH BPSI estaria contemplada, e que o recurso nele aplicado seria parcial. Explicou que, enquanto



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

295 Câmara Técnica, o que recebem é o relato do Comitê. Poucas vezes se recebe a ata de reunião, e a decisão
296 da Câmara Técnica é tomada com base na documentação que o Comitê encaminha. Os pareceres foram
297 dados com base nesses esclarecimentos dos Comitês. A Sra. Maria Aparecida Vargas retirou-se da ordem da
298 mesa para se manifestar como usuário e Bacia do Itabapoana. Então, explicou que teve uma discussão muito
299 grande, com um olhar da Bacia de Itabapoana, e que teve acesso à minuta da ata da reunião, e o único
300 representante do CBH BPSI se mostrou contrário ao que estavam propondo, sendo voto contrário. Então,
301 desde a época da proposta da junção dessas 2 (duas) bacias, achou que seria uma solução viável para a Bacia
302 do Itabapoana e, atualmente, entende que não é, pois por menor que seja, o orçamento não é viável para a
303 Bacia do Itabapoana. Isso porque fica à disposição de uma decisão de uma plenária muito maior que a do
304 CBH BPS, e não do Itabapoana, sem entrar no mérito do que foi aprovado ou não, e que isso sim cabe ser
305 discutido enquanto Conselho Estadual. Foi votado no Comitê, e isso tem que ser respeitado. E, ainda, que a
306 principal discussão é se a Bacia é prioridade, e se de fato está funcionando a junção do Itabapoana com o
307 Baixo Paraíba do Sul ou não. Pediu que esta questão fosse uma proposta de encaminhamento para discussão
308 primeiramente na CTIG e, depois, que seja encaminhada para a CTIL. Considera importante que os conselheiros
309 reflitam e decidam sobre este assunto, até porque o Plano está constantemente em revisão, e é neste estudo
310 que aponta essa divisão geográfica. Ressaltou que a questão da distribuição financeira é complicada. O Sr.
311 João Siqueira concordou com a Sra. Maria Aparecida Vargas e falou que a discussão deve ser antecedente ao
312 Comitê, e que participou desde o início dessa discussão. Comentou que a região do Itabapoana está até hoje
313 inviável por questões de sustentabilidades etc, e que não caberia ressaltar naquele momento, mas que
314 poderiam voltar à discussão a qualquer momento, pois o Comitê tem interesse em voltar a essa questão.
315 Esclareceu, também, que o que estava sendo votado era a revisão do PAP do Comitê Baixo Paraíba do Sul e
316 Itabapoana, e que o Comitê estava há 2 (dois) anos sem aplicar nenhum recurso, e o único recurso que a
317 AGEVAP disponibilizou foi para a sala de monitoramento. Informou que vai ser apresentado, na próxima
318 reunião do Fórum, o Projeto Sala de Monitoramento, e que poderá apresentá-lo para o Conselho, se assim
319 desejarem. Nenhum dos itens do PAP anterior foi desprestigiado nem remanejado. Informou que, em uma
320 reunião da diretoria do Comitê junto com a AGEVAP, foi montada uma proposta que apresentava em
321 conjunto as perspectivas de aplicação de recursos do Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana. Foram apresentados
322 os problemas da mencionada Bacia para a AGEVAP, e esta fez uma proposta de aplicação de recursos para
323 facilitar a fluidez da aplicação desses recursos, e em nenhum momento foram extintos os itens do PAP
324 anterior, nem remanejados para lugar algum, realizando apenas uma revisão dos itens, montando assim um
325 grande projeto chamado "Sala de Monitoramento e Gestão". Nunca se aplicou o recurso do Itabapoana no
326 Baixo Paraíba do Sul nem nas ações complementares que deveriam ter sido utilizadas por uma parte dos
327 recursos em comunicações, sustentabilidade. No entanto, o recurso do Itabapoana se mantém íntegro.
328 Completou que está sendo utilizado atualmente, e que isso foi discutido exaustivamente na Plenária do
329 Comitê e na Câmara Técnica consultiva. Entende que o melhor seria que fosse aplicado integralmente na
330 Região Hidrográfica do Itabapoana, pois não existe em hipótese alguma nenhum remanejamento de recursos
331 oriundos da cobrança da Bacia de Itabapoana para outras Bacias. O Sr. Miguel da Silva falou que já imaginava
332 que essa discussão do Baixo Paraíba junto com o Comitê Federal do Itabapoana eram separadas por Comitê
333 e Subcomitê, que no Conselho Nacional corre uma proposta para decisão de criação de Comitê, e o que
334 considera estranho porque comentam que não tem arrecadação ou que não tem Comitê. Continuou falando
335 que acha que a discussão deveria voltar para a mesa de debate, inclusive com um encaminhamento sobre a
336 decisão tomada pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos. A Sra. Maria Aparecida Vargas comentou que,
337 felizmente, na última reunião da CTIL, o Conselho Estadual do Rio Grande do Sul entrou com uma proposta
338 de minuta de Resolução de formas de funcionamento de Comitês Federais dessas bacias que não têm grande
339 capacidade de arrecadação e que acabam sendo de prioridades da ANA. E, ainda, que vão avançar neste
340 assunto porque além do Comitê de Itabapoana, outros Comitês também são pequenos. A proposta foi
341 encaminhada para a CTIL do CNRH. Explicou que Itabapoana é um Comitê de domínio da União que tem a
342 parte da margem direita Fluminense dividindo com os Estados do Espírito Santo e Minas Gerais. A presidente
343 do Conselho comentou que, com base no que foi discutido na reunião, esse assunto pode ser encaminhado e



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

344 debatido na CTIG do CERHI-RJ. O Sr. José Paulo recebeu a sugestão com satisfação, pois acha que será uma
345 ótima discussão sobre a faixa marginal de proteção, e que trabalhar em conjunto seria o ideal porque este
346 assunto é muito importante. Após a discussão, a Sra. Maria Aparecida Vargas colocou em votação os itens 5
347 (cinco), 7 (sete) e 8 (oito), sendo os 03 (três) aprovados por unanimidade. **6º item: Minuta de Resolução**
348 **CERHI-RJ que dispõe sobre a atualização no valor do Preço Público Unitário – PPU da metodologia da**
349 **cobrança pelo uso dos recursos hídricos Região Hidrográfica da Baía da Ilha Grande (Ref. Res. CBH BIG nº**
350 **20, de 31/10/2018).** A Sra. Maria Aparecida Vargas iniciou este item, e a Srta. Livia Soalheiro explicou que
351 esta Resolução tem o mesmo entendimento que as Resoluções apresentadas na reunião do Conselho
352 anterior a esta. Informou que o CBH BIG veio para a Plenária do CERHI-RJ para aumentar o seu PPU no
353 mesmo sentido que fizeram os demais Comitês. A Srta. Livia Soalheiro leu a minuta de Resolução e os valores
354 de atualização para o novo PPU, e falou que, na data seguinte a esta reunião, o Comitê irá realizar uma
355 reunião e terá como item de pauta a questão da cobrança pelo uso da água no setor de mineração, ou seja,
356 num futuro não muito distante, o Conselho irá discutir novamente o PPU, porém para o setor de mineração.
357 A Presidente do Conselho colocou em votação, e o item foi aprovado. Os representantes da Cedae e do
358 grupo Águas do Paraíba abstiveram-se do voto. A Srta. Mayná Coutinho, representante da CEDAE, justificou
359 seu posicionamento por coerência e respeitando a autonomia do Comitê. **7º item: Minuta de Resolução**
360 **CERHI-RJ que aprova o Plano de Aplicação Plurianual dos recursos financeiros do Fundrhi na subconta do**
361 **Comitê da Bacia Hidrográfica do Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana (Ref. Res. CBH BPSI nº 30, de**
362 **06/11/2018).** Esta minuta de Resolução foi apresentada e aprovada no item 5. **8º item: Minuta de Resolução**
363 **CERHI-RJ que aprova o aprova o Plano de Aplicação Plurianual, para os anos de 2019 a 2022, dos recursos**
364 **financeiros constantes no Fundrhi da subconta do Comitê da Região Hidrográfica da Baía de Guanabara e**
365 **dos Sistemas Lagunares de Maricá e Jacarepaguá – CBH BG (Ref. Res. CBH BG nº 64, de 12/11/2018, e nº**
366 **65, de 30/11/2018).** Esta minuta de Resolução foi apresentada e aprovada no item 5. **9º item: Relato de**
367 **ações alcançadas no ano de 2018: a) CERHI-RJ, b) CNRH e c) PROGESTÃO.** A Presidente do CERHI-RJ iniciou
368 este item e informou que, após conversa com os demais membros da diretoria, quanto aos itens a) CERHI-RJ
369 e b) CNRH, assim que possível, um *e-mail* será enviado para todos os conselheiros com as principais
370 informações, tendo em vista o avançar da hora e dos demais itens a seguir, e, caso haja necessidade, será
371 aberta uma breve discussão em reunião subsequente. A Presidente do CERHI-RJ considera importante fazer
372 isso em todas as reuniões do CNRH, pois assim os membros do CERHI-RJ recebem o relato atualizado, e
373 sugeriu que a partir de agora, nas reuniões subsequentes, que se coloque junto o relato enviado pelo
374 representante do CERHI-RJ no CNRH, as manifestações e também as apresentações de reuniões anteriores,
375 se houver. A Presidente do Conselho sugeriu, ainda, que os temas que estão sendo discutidos nas câmaras
376 técnicas do CNRH venham a ser apresentados ou até mesmo discutidos nas respectivas câmaras técnicas do
377 CERHI-RJ, trazidos pelos representantes do CERHI-RJ nas câmaras técnicas do CNRH, isto é, criar uma forma
378 de comunicação entre CTs CNRH e CTs CERHI-RJ; item c) PROGESTÃO: O Sr. Antônio Oliveira, assessor da
379 Subsegh, fez uma breve apresentação deste item, onde falou das metas alcançadas e das 5 (cinco) primeiras
380 prerrogativas no programa, que foram todas cumpridas, com exceção de 2 (duas) que talvez tenha que
381 realizar acertos e, ainda, conter justificativas da ANA. As 2 (duas) prerrogativas eram as seguintes: a
382 capacitação em recursos hídricos e a prevenção de eventos hidrológicos críticos. Falou que, em relação às
383 variáveis estaduais, o programa está bem avançado e que, das 32 (trinta e duas) estabelecidas, já estavam
384 com 26 (vinte e seis) cumpridas, com exceção de outras 5 (cinco) metas que estão caminhando parcialmente,
385 e que não saberia dizer se vão conseguir cumprir até o final do ano de 2018, mas como tem prazo até março
386 de 2019 para a entrega do relatório final, pode ser que se consiga fechar. A Sra. Maria Aparecida Vargas falou
387 que gostaria de destacar dois pontos: 1) A diretoria do CERHI-RJ recebeu um comunicado da UniverCEDAE de
388 que foi aberto um curso de capacitação dentro da Universidade do Ambiente, que esse curso foi solicitado e
389 que não houve participação de nenhum membro do CERHI-RJ. Em seguida, ressaltou que a respeito dos
390 membros que deveriam ter esse cuidado porque reclamam que não tinha curso de capacitação e quando
391 conseguem disponibilizar os cursos previstos, não se teve a presença dos membros do Conselho. A Srta. Livia
392 Soalheiro informou que a Universidade do Ambiente se dedica muito para implementar os cursos que os



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

393 membros pedem para serem realizados, e que a meta não está totalmente atingida porque um dos cursos
394 pensados não conseguiu data com o professor para realizar, e o outro curso dependia de uma contratação
395 externa; não conseguiram disponibilizar, mas que pretendem justificar isso à ANA e tentarão alcançar um
396 público maior. A Presidente do CERHI-RJ comentou que o que estava precisando enquanto Conselho era
397 verificar de que maneira poderiam estar melhorando a forma de participação no cumprimento destas metas;

398 2) A Sra. Maria Aparecida Vargas questionou sobre GT PROGESTÃO, e a resposta obtida foi que somente os
399 Srs. José Paulo Azevedo e Livia Soalheiro têm participado das reuniões, e que tem que se conversar com os
400 outros membros que não estão indo, pois, caso isso seja impedimento para que o GT funcione, não adianta
401 pedir para o Sr. Antônio Oliveira fazer uma apresentação do GT PROGESTÃO se não se tem um olhar anterior,
402 que é deste GT, e que capta essa visão anterior. É preciso que esse GT chegue à Plenária e apresente que
403 está tudo em ordem porque na hora de querer participar é uma briga pela disputa de vagas e, depois que o
404 GT é criado e tem que se ter disponibilidade para participar e assumir as responsabilidades de GTs e de CTs,
405 ocorre uma evasão. O Sr. José Paulo falou que o que tem se discutido no GT PROGESTÃO é muito pouco, e
406 também que pouca coisa estava sendo feita devido à falta de recursos que não estavam sendo
407 disponibilizados para o Estado do Rio de Janeiro devido à questão fiscal. Ressaltou que os pontos que foram
408 falados pelo Sr. Antônio Oliveira são pontos pelos quais ele vem trabalhando há bastante tempo e que não
409 são decididos no GT PROGESTÃO, e entende que isso deveria ser discutido em uma Oficina. E, ainda, que o
410 GT PROGESTÃO deve ao Conselho uma descrição do que foi e do que não foi atingido. Já com relação às
411 capacitações, informou que foi realizada uma Oficina de 2 (dois) dias. Em seguida, pediu encaminhamento
412 para a realização de uma Oficina do GT PROGESTÃO, antes do mês de março, para se discutir os vários temas
413 que estavam previstos e para eles serem alcançados. O Sr. Friedrich Herms mencionou 2 (dois) pontos: falou
414 que tem determinadas situações que dão a entender que são burocracia, mas não são. Explicou que a
415 diretoria do CERHI-RJ conseguiu a operação oficial, e agora todos os processos que resultem em Resolução,
416 Moções, todas as ações do Conselho Estadual são firmadas em processos por meios oficiais de protocolo.
417 Então, o encaminhamento de uma Câmara Técnica para outra se dá por parecer, e mesmo que não seja um
418 parecer técnico ou que manifeste discordância de um fato ou outro, tem que fazer o parecer de próprio
419 punho na hora da reunião, porque faz parte de um gestor processual que vai ficar no histórico. Sobre a
420 capacitação, informou que a Srta. Livia Soalheiro se colocou muito bem no sentido de que a diretoria do
421 CERHI-RJ se esforça, junta esforços para apresentar oportunidades e os membros não se inscrevem. A outra
422 situação é bem pior, pois as pessoas se inscrevem, monta-se a estrutura do curso, do espaço e chega a hora e
423 ninguém aparece. A Sra. Maria Aparecida Vargas perguntou aos membros se todos estavam de acordo com a
424 realização de uma Oficina no âmbito do GT PROGESTAO. Em seguida, a presidente do Conselho falou que os
425 membros não estavam prestando atenção ao que estava sendo sugerido e foi então posto em votação, mas
426 foi alertado que depois não adiantava falarem que não estavam de acordo, pois isso estava sendo registrado
427 em ata. O Sr. José Paulo falou que entendia que a Plenária achava dispensável, e que eram contra participar
428 de qualquer oficina, pois o Conselho aprovou o PROGESTÃO e deveria estar acompanhando. Falou que
429 precisaria ter esta oficina e que se a plenária estava tão silenciosa é porque que não tinham interesse. O Sr.
430 Friedrich Herms falou que gostaria que o Conselho se manifestasse em relação à substituição imediata dos
431 membros do GT PROGESTÃO que não estão comparecendo nas reuniões do referido GT e que, na revisão
432 regimental, terá essa punição, apesar de ser contra, mas que não pode esperar uma reunião do Conselho
433 para substituir os membros, mas como não existe essa regra ainda, informou que gostaria que já constasse a
434 decisão do Plenário e colocar em votação pela substituição dos membros do GT PROGESTÃO que não
435 comparecem às reuniões. A Srta. Livia Soalheiro informou que, na última reunião deste GT, só estavam
436 presentes ela e o Sr. José Paulo Azevedo, e na penúltima, estavam presentes ela, o Sr. José Paulo Azevedo e a
437 Sra. Rafaela Facchetti. O Sr. Friedrich Herms informou as datas que ocorreram as reuniões do GT PROGESTÃO
438 e encerrou este item. **10º item: Encaminhamentos da Diretoria.** A Presidente do CERHI-RJ informou que a
439 diretoria do Conselho recebeu uma carta assinada por todos os agentes do setor hidrelétrico instalados no
440 estado do Rio de Janeiro, apresentando uma proposta a ser encaminhada e discutida neste Plenário de
441 revisão da Resolução CERHI-RJ nº 09 sobre outorga e da Portaria Serla nº 591. Lembrou, ainda, que o Sr.



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

442 Edson Falcão e outros representantes da SEA e do INEA fizeram uma apresentação da proposta de revisão
443 dessa Portaria na CTIG na questão de vazão Q7₁₀ para Q9₅. Informou que receberam esse material e que foi
444 encaminhado para todos os membros com a proposta de revisão do setor, e que está encaminhando para a
445 CTIG, para que a Câmara Técnica possa dar suas considerações. Explicou que a proposta surgiu porque existe,
446 no âmbito do Conselho Nacional, uma lista de Resoluções que precisam ser discutidas no âmbito dos
447 Conselhos Estaduais, e uma delas é sobre a discussão das vazões mínimas remanescentes e trechos de
448 vazões reduzidas. Essa discussão começou dentro do setor, e, ao longo do debate o setor hidrelétrico,
449 explanou que ao invés de elaborarem Resoluções separadas, que falam da mesma coisa, sugeriram que seja
450 elaborada na mesma Resolução de outorga e fazer a inclusão de outorga do trecho de vazão reduzida para
451 não ter 2 (duas) resoluções que tratem do mesmo assunto. Porém, isso é uma decisão que é o Conselho que
452 vai definir, mas que está sendo encaminhada para ser discutida na CTIG, nos outros setores e nos Comitês.
453 Compete ao Conselho debruçar-se sobre o tema e fazer sua análise e dar suas contribuições. A Sra. Maria
454 Aparecida Vargas esclareceu, a respeito das Resoluções CERHI-RJ, que os conselheiros podem, após análise e
455 discussão, dar sugestões e até realizar novas modificações, mas que, com relação à Portaria Serla, só podem
456 ter uma posição do CERHI-RJ e ser encaminhada ao INEA, pois é o INEA que tem competência para fazer as
457 modificações no mencionado documento. Por essa questão, explicou que é preciso, primeiramente, discutir
458 a Resolução porque com este documento se dá diretrizes para que, em seguida, se publique a Portaria. O Sr.
459 Miguel da Silva falou que, anteriormente, foram listadas algumas leis que estavam para ser discutidas na
460 Assembleia Legislativa e que era do interesse, ou não, dos membros, e achou que o CERHI-RJ não deu
461 importância. A Sra. Maria Aparecida Vargas informou que essa lista foi distribuída para as Câmaras Técnicas,
462 e que o Sr. Miguel da Silva estava certo, pois o erro da diretoria foi de não ter dado prazo final para essa
463 demanda. Complementou informando que solicitaram que fosse encaminhado ao CERHI-RJ um cronograma
464 de prioridades e uma breve análise da Câmara Técnica, e, ainda, sugeriu como prazo para esta apresentação
465 a data da segunda Plenária do ano de 2019, ou seja, 24/04/2019. **11º item: Informes: GTs, CTs, CNRH, FFCBH**
466 **e FNCBH.** A Sra. Maria Aparecida Vargas falou que, assim que possível, os informes serão enviados por e-
467 mail, e apenas 2 (dois) comunicados foram dados: **1)** O Sr. Nelson Reis informou que é representante do
468 Fórum Fluminense e do Fórum Nacional, e que tinha acabado de chegar de Curitiba, onde teve uma reunião
469 do colegiado com o coordenador de preparação do 21º ENCOB, e que o próximo evento será diferenciado,
470 porque o Fórum Nacional resolveu, de fato, escutar os Comitês, e que será efetivamente um evento dos
471 Comitês de Bacias Hidrográficas, buscando ações dos 3 (três) grandes eixos do país; **2)** O Sr. João Siqueira
472 informou que o FFCBH iria apresentar o plano de trabalho na Plenária para ser aprovado, porém só foi
473 finalizado na véspera da reunião do CERHI-RJ, por isso não teve tempo hábil. Comunicou, também, que a
474 data do ENCOB será de 9 a 12 de junho de 2019. **12º item: Assuntos Gerais. 1)** O Sr. Miguel da Silva pediu
475 para falar sobre o desastre que ocorreu na Baía de Guanabara dentro do manguezal, onde mais um duto da
476 Transpetro se rompeu e que o fato está sendo apurado. Sugeriu que, se possível, os responsáveis sejam
477 convidados para participarem de uma reunião do CERHI-RJ para explicarem de fato o que aconteceu.
478 Comentou que, para a Petrobras chegar ao vazamento, teve que usar uma máquina, abrir estrada, colocar
479 cascalho para chegar até o local do rompimento do duto e cavar 2 (dois) metros de profundidade. Falou que
480 vai pedir ao CBH BG para fazer o acompanhamento terminal deste caso, pois considera crime o ocorrido. Por
481 fim, falou que gostaria de ver o Conselho mais proativo nesses assuntos. A Sra. Flavia Lanari comentou que a
482 PETROBRAS não participa mais dos Comitês de Bacias Hidrográficas e que acha que o CERHI-RJ poderia
483 convidá-la a voltar a participar. Em seguida, a Srta. Livia Soalheiro realizou uma apresentação sobre a
484 Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos de Domínio da União em áreas inseridas em Unidades Estaduais de
485 Gestão. Explicou que isso era uma proposta do CERHI-RJ que foi para o CNRH e que ficou 2 (dois) anos em
486 discussão, mas que finalmente foi aprovado e publicado no Diário Oficial da União, e que após esta
487 publicação teria que operacionalizar a Resolução, que é a Resolução CNRH nº 200, de 04/09/2018, que
488 define mecanismos e valores de cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio da União existentes em
489 áreas inseridas em Unidades Estaduais de Gerenciamento de Recursos Hídricos, a sua aplicação e outros
490 procedimentos. Informou que só trouxe esse informe excepcionalmente em forma de apresentação porque



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

491 contém valores, e alguns membros do CERHI-RJ a questionam sobre o assunto. A ideia da apresentação foi
492 fazer uma retrospectiva de quantos documentos foram produzidos pelo CNRH ao longo do tempo. A
493 mencionada Resolução já está disponível no site do CNRH. A aplicação dessa Resolução está em tratativa
494 com a ANA porque precisa que 2 (dois) Órgãos Gestores combinem a melhor forma de operacionalizar: se
495 por convênio, se por termo de delegação de competência, o que é esse instrumento e em que fase está. O
496 Rio de Janeiro observou essa delegação de competência formalmente, e a ANA está providenciando uma
497 resposta. A Procuradoria Interna da ANA recomendou a solicitação de um parecer jurídico do CNRH. Essa
498 resposta ainda não está formalizada para o INEA, mas, em conversa por telefone com os técnicos da ANA, já
499 se tem conhecimento disso. Com isso, estão aguardando chegar esse documento formalmente para ser
500 encaminhado à Procuradoria do INEA. O espírito que está se desenhando é que o INEA assuma que a sua
501 atribuição de cobrança é uma atribuição característica de Agência de Água, e que não é delegada a nenhuma
502 Entidade Delegataria. O INEA, no exercício da função de Agência de Água, pode efetuar esta cobrança que foi
503 definida pelo CNRH. Em seguida, a representante da SEA informou quais são os usuários cadastrados dos
504 CBHs BIG e BG. O Sr. Miguel da Silva comentou que isso vem sendo discutido desde a época em que a Sra.
505 Moema Acserald encaminhou o assunto para o CNRH e as discussões com as Unidades de Conservação
506 federal chamaram a atenção, pois os representantes estiveram em reuniões do CERHI-RJ, porém o
507 presidente do ICMBIO encontra-se convalescente de uma doença muito grave e não tem comparecido às
508 reuniões deste Conselho, mas que foi conversado sim, e, inclusive, sobre de que maneira os Comitês
509 poderiam contribuir de modo que os recursos também fossem reinvestidos nas Unidades que mantém a
510 captação na qualidade que se requer para um tratamento simples de distribuição. A Srta. Livia Soalheiro
511 informou que o INEA tem algumas Resoluções que regulamentam as Entidades Delegatárias e que, ao longo
512 do ano de 2018, foi iniciado o processo de revisão dessas Resoluções, principalmente a Resolução INEA nº 13,
513 que trata de compras e aquisições de bens e serviços com o objetivo de flexibilizar, dar mais velocidade nas
514 Delegatárias, e estas participaram da construção dessa minuta. Informou que a todo o momento foi
515 conversado também com a Agência Nacional de Águas para tentar entrar o máximo possível em sintonia,
516 principalmente por conta da Bacia do Rio Paraíba do Sul. Comentou que a AGEVAP fará uma contratação que
517 servirá também para o Comitê Federal. Nesse esforço de tentar facilitar o processo, foi criada uma minuta de
518 Resolução que foi aprovada na semana anterior no Conselho diretor do INEA, mas que até a presente data
519 não foi publicada e, ainda nesse viés com a atualização da ficha de projetos realizada no CERHI-RJ, foi criada
520 uma minuta de alteração da Resolução INEA nº 44, que determina quais são os procedimentos básicos para a
521 solicitação do recurso e para celebração de contrato. Esta minuta passará pela avaliação do Conselho diretor
522 do INEA, e se espera que seja aprovada. Tem também outra minuta a ser trabalhada pelo INEA, com a
523 expectativa de que seja ainda no ano de 2018, que é sobre a doação de bens nos casos em que o Comitê
524 define que um projeto de educação ambiental tem uma premiação. A doação desses bens era dificultada
525 porque a Delegatária precisava patrimoniá-los. Então, a intenção é de reduzir a burocracia para a doação dos
526 prêmios. A presidente do CERHI-RJ colocou que o Sr. Miguel da Silva foi perfeito ao dizer que o CERHI-RJ tem
527 que começar a discutir políticas e que tem que tomar um cuidado grande sobre o que é competência do
528 CERHI-RJ, do CBH, do INEA como órgão gestor, da SEA e do CONEMA, pois a linha é muito grande, mas uma
529 questão é sabida: que todos têm conhecimento que é de competência do CERHI-RJ discutir políticas, que
530 este Conselho tem que engrandecer e precisa ser propositivo. **Encaminhamentos: 1)** O Sr. José Paulo
531 Azevedo sugeriu que a questão sobre a minuta de Resolução CERHI-RJ, que complementa a Resolução CERHI-
532 RJ nº 197, de 15/08/2018, seja rediscutida nas Câmaras Técnicas do CERHI-RJ diante da complexidade do
533 tema, e por ser um assunto longo e delicado, requer atenção especial. Colocado para apreciação, a plenária
534 acatou a sugestão. Foi, então, encaminhado para uma reunião conjunta das câmaras técnicas CTIL e CTIG;
535 **2)** A Sra. Maria Aparecida Vargas sugeriu que o assunto sobre a Bacia do Itabapoana e do Baixo Paraíba do
536 Sul façam parte de uma mesma região hidrográfica, seja encaminhado e discutido na CTIG e na CTIL, e que os
537 Conselheiros precisam decidir sobre este assunto; **4)** A Presidente do CERHI-RJ sugeriu que seja discutido na
538 CTIG, com base no que foi falado nesta reunião, a questão da faixa marginal de proteção da Bacia do
539 Itabapoana ser dividida entre os Estados do Rio de Janeiro, Espírito Santo e Minas Gerais; **5)** A Sra. Maria



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

540 Aparecida Vargas sugeriu, também, criar uma forma de comunicação entre os representantes do CERHI-RJ
541 nas CTs CNRH e CTs CERHI-RJ para que os temas que estão sendo discutidos nas CTs do CNRH venham a ser
542 discutidos nas respectivas Câmaras Técnicas deste CERHI-RJ. Tais questões devem ser trazidas pelos
543 representantes do CERHI-RJ nas Câmaras Técnicas deste Conselho Estadual. Resumindo: criar forma de
544 comunicação entre representantes do CERHI-RJ nas CTs CNRH e CTs CERHI-RJ; **6)** O Sr. José Paulo Azevedo
545 sugeriu à diretoria do CERHI-RJ, como membro do GT PROGESTÃO, que seja realizada uma oficina antes do
546 início do mês de março para que possam ser discutidas as metas que ainda não foram atingidas; **7)** A
547 Presidente do Conselho encaminhou a carta assinada por todos os agentes do setor hidrelétrico instalados
548 no Estado do Rio de Janeiro a qual apresenta uma proposta de revisão da Resolução CERHI-RJ nº 09 sobre
549 outorga, e da Portaria Serla nº 591, para que as Câmaras Técnicas (CTIG e CTIL) conjuntamente possam fazer
550 as suas considerações; **8)** A Sra. Maria Aparecida Vargas sugeriu, como prazo, a data da segunda Plenária do
551 ano de 2019, 24/04/2019, para que seja entregue e apresentada ao CERHI-RJ, por cada Câmara Técnica, um
552 calendário com previsão de análise e encaminhamentos das Resoluções escolhidas na lista das Resoluções do
553 CNRH que a Srta. Lívia Soalheiro criou e que foi enviada para todos, e que foi inserida nas pautas das
554 reuniões das 03 (três) Câmaras Técnicas do CERHI-RJ no final do ano de 2018 para análise; e **9)** Com relação à
555 lista de projetos de lei ligados aos recursos hídricos no ERJ elaborada pela Srta. Lívia Soalheiro, representante
556 da SEA, com base nas leis da ALERJ, que foi encaminhada pela secretaria executiva em 2018 para todos os
557 membros do CERHI-RJ para ciência, a Sra. Maria Aparecida Vargas sugeriu que todos analisem e apresentem
558 suas contribuições/comentários ao CERHI-RJ até o dia 24/04/2019, data da segunda plenária do CERHI-RJ. E
559 não havendo mais nada a tratar, a Presidente do CERHI-RJ, Sra. Maria Aparecida Pimentel Vargas, agradeceu
560 a presença de todos e declarou encerrada a 84ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Recursos
561 Hídricos – CERHI-RJ, às 17h34min. A Sra. Maria Aparecida Vargas sugeriu, por fim, que seja dado como prazo
562 a data da segunda Plenária do CERHI-RJ de 2019 para que a lista das leis que estavam sendo discutidas na
563 Assembleia Legislativa, que eram de interesse dos membros e que foram distribuídas para as Câmaras
564 Técnicas deste Conselho, seja entregue e apresentada ao CERHI-RJ. E não havendo mais nada a tratar, a
565 Presidente do CERHI-RJ, Sra. Maria Aparecida Pimentel Vargas, agradeceu a presença de todos e declarou
566 encerrada a 84ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CERHI-RJ, às 17h34min.
567

Maria Aparecida Pimentel Vargas
Presidente CERHI-RJ

Friedrich Wilhelm Herms
Vice-Presidente CERHI-RJ

Renata Bley
Secretária Executiva CERHI-RJ